

Políticas de formação e inserção profissional no contexto democrático brasileiro dos anos 2000¹

Training and professional insertion policies in the brazilian democratic context of the 2000s

DOI:10.34117/bjdv7n1-016

Recebimento dos originais: 05/12/2020

Aceitação para publicação: 05/01/2021

Cleide Francisca de Souza Tano

Formação mais alta: Doutora em Educação (UFU)
Endereço residencial: Rua 110 n. 834, bairro Alvorada II
Capinópolis-MG – CEP: 38360-000
E-mail: cleidetano@yahoo.com.br

Adriana Cristina Omena dos Santos

Formação mais alta - Doutorado em Ciências da Comunicação (ECA/USP)
Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco G, sala 121
Campus Santa Monica, Uberlândia, MG. CEP 38408-100
E-mail: adriomena@gmail.com

Robson Luiz de França

Doutor em Educação – Professor titular da Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED
Coordenador da Linha Trabalho Sociedade e Educação
Endereço: Alameda Jacy Gonçalves 47, Bairro Jardim Karafba
Uberlândia – MG – CEP 38411-208
E-mail: rlfranca@ufu.br

Carlos Alberto Lucena

Doutor em Filosofia e História da Educação
E-mail: lucenabonsais@gmail.com

RESUMO

O Estado, a partir dos anos de 1990, mudou drasticamente seu papel de provedor de bens e serviços para normalizador e regularizador e o processo de reestruturação produtiva, proveniente dos avanços científicos, tecnológicos e organizacionais, impôs diversos desafios à classe que vive do trabalho, principalmente quanto a sua formação e qualificação para a inserção profissional. Assim, esse trabalho se propõe a refletir e discutir sobre o processo de reestruturação produtiva e as alterações na relação trabalho e educação, com o intuito de melhor compreender as políticas educacionais brasileiras, em especial, as implantadas a partir dos anos 2000, em prol da empregabilidade. Para tanto, se propõe a discutir também as transformações no papel do Estado; o contexto e historicidade das políticas de formação do trabalhador; a educação profissional e suas perspectivas a partir dos anos 2000. Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado em desenvolvimento (2017-2021). A Metodologia adotada foi a pesquisa

¹Este texto é parte integrante da tese de Doutorado defendida por Cleide Francisca de Souza Tano, em dezembro de 2019, no Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação, com orientações dos coautores.

bibliográfica e documental, em fontes primárias e secundárias, com fundamento teórico nas obras de Fagiani e Previtali (2014); França e Scocuglia (2011); Harvey (2012); Hobsbawm (2015); Kuenzer (2001); Lombardi, Lucena e Ferri (2003); Saviani (2005) e outros. Os estudos apresentados evidenciam que o processo de elaboração das políticas educacionais não é isento de contradição. Permitem compreender que no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno desemprego de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados ocorre não somente devido a crises econômicas, mas ocorre intencionalmente, como estratégia para diminuir custos e aumentar a lucratividade. E para isso, o empresariado busca interlocução com o Estado, entrando na disputa pelas políticas públicas, inclusive educacionais e influenciando a concepção de educação que irá prevalecer nos documentos que norteiam as políticas educacionais. Esses resultados remetem reflexões acerca da temática em estudo permitindo inferir que o Estado não é neutro, e suas intervenções atendem aos interesses de grupos privados e capitalistas que contrariam o interesse geral da sociedade.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva, Trabalho, Educação.

ABSTRACT

Since the 1990s, the State has drastically changed its role as a provider of goods and services to normalize and regulate, and the process of productive restructuring, arising from scientific, technological and organizational advances, has imposed several challenges on the working class, especially in terms of their training and qualification for professional insertion. Thus, this work proposes to reflect and discuss the process of productive restructuring and changes in the labor and education relationship, in order to better understand Brazilian educational policies, especially those implemented since 2000, in favor of employability. To this end, it also proposes to discuss the transformations in the role of the State; the context and historicity of worker training policies; professional education and its perspectives from the 2000s. This work is part of the PhD research in development (2017-2021). The methodology adopted was the bibliographic and documentary research, in primary and secondary sources, with theoretical basis in the works of Fagiani and Previtali (2014); France and Scocuglia (2011); Harvey (2012); Hobsbawm (2015); Kuenzer (2001); Lombardi, Lucena and Ferri (2003); Saviani (2005) and others. The studies presented show that the process of developing educational policies is not without contradiction. They allow us to understand that in the context of productive restructuring, the phenomenon of unemployment of often highly qualified workers occurs not only due to economic crises, but also occurs intentionally, as a strategy to reduce costs and increase profitability. And to this end, the business community seeks dialogue with the State, entering into the dispute for public policies, including educational and influencing the concept of education that will prevail in the documents that guide educational policies. These results refer to reflections on the subject under study, allowing for the inference that the State is not neutral, and its interventions serve the interests of private and capitalist groups that go against the general interest of society.

Keywords: Productive Restructuring, Work, Education.

1 INTRODUÇÃO

É emblemático que o Estado, a partir dos anos de 1990, mudou drasticamente seu papel de provedor de bens e serviços para normalizador e regularizador e que o processo de reestruturação produtiva, proveniente dos avanços científicos, tecnológicos e organizacionais, impôs diversos desafios à classe que vive do trabalho, principalmente quanto a sua formação e qualificação para a inserção profissional.

Na atualidade, a questão do desemprego está cada vez mais aparecendo na mídia de forma muito enfática por questões econômicas ou políticas. Acerca da temática em 1999, já se colocava um grande desafio aos governantes, com vistas a “estabelecer aliança política entre o novo e precário mundo do trabalho e os desempregados” (ALVES, 1999). Percebe-se, portanto, parte do viés histórico destas questões.

A discussão sobre esta temática é importante tanto dentro do universo acadêmico quanto em toda a sociedade, pois contribui para avaliação e rearticulação das políticas de formação do trabalhador e de inserção profissional e, também, contribuem para o posicionamento dos cidadãos sobre as ações do Estado em atendimento ao mercado/capital dentre outras possibilidades.

Dentre as medidas de apoio ao setor produtivo, destaca-se a expansão da rede de educação profissionalizante e tecnológica. Esta é uma das maiores políticas brasileiras que visam à empregabilidade. Diante do aparato montado pelo Estado para atender o setor produtivo, a pesquisa busca responder como ocorre, no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno “desemprego” de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados?

A pesquisa permite também visualizar as tendências e os desafios postos aos cidadãos e às políticas públicas nacionais, que sofrem fortes influências de Instituições e empresas além de nossas fronteiras. Tal afirmação considera que os fenômenos internacionalização e mundialização levam a conflitos de interesses e lançam desafios que gritam por mudanças.

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado em desenvolvimento (2017-2021). Tem como objetivo refletir e discutir sobre o processo de reestruturação produtiva e as alterações na relação trabalho e educação, com o intuito de melhor compreender as políticas educacionais brasileiras, em especial, as implantadas a partir dos anos 2000, em prol da empregabilidade. Para tanto, se propõe também a discutir as

transformações no papel do Estado; o contexto e historicidade da políticas de formação do trabalhador; a educação profissional e suas perspectivas a partir dos anos 2000.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir de 1990, o papel do Estado passou por grandes transformações e as relações de trabalho assumiram novas configurações, via mudanças na legislação trabalhista e, também, provenientes dos avanços tecnológicos e organizacionais. Neste contexto, o discurso neoliberal passou a pregar a falácia que, se o Estado deixasse de produzir bens e de prestar serviços, ele iria fazer com que houvesse mais concorrência, além de aumentar o número de empresas e conseqüentemente geraria mais empregos.

Entretanto, o que se configura na relação entre o Estado e o setor produtivo, é diferente, há uma apropriação do público pelo privado e o Estado assume um viés gerencialista. Estas transformações no papel do Estado ocorrem ao mesmo tempo em que o setor produtivo enfrenta profundo processo de reestruturação produtiva, em que sua principal característica é o desemprego (HOBSBAWM, 2015; HARVEY 2012).

Este viés gerencialista, segundo Newman e Clarke (2012), marcou tendências que afetaram a prestação de serviços públicos, inclusive a educação, nas décadas de 1980 e 1990, no Reino Unido. Reflexões sobre essa tendência do Estado assumir tal viés gerencialista, permite perceber que este fenômeno ocorreu também no Brasil.

Porém, a partir dos anos 2000, É possível perceber que as políticas educacionais brasileiras, pelo menos no discurso presente em seus documentos, tendem também para uma perspectiva de formação integral, de formar o cidadão para a vida; para se tornar empregável ou reempregável na perspectiva de autores como Mézaros (2010) e Frigotto (2011).

Entretanto, Kuenzer (2005) discute sobre a educação e alerta para a questão da “inclusão excludente”. Reflexões sobre esse tipo de inclusão, permite considerar que é possível uma inclusão no acesso ao ensino superior, mas que pode não se efetivar numa inclusão ao mercado de trabalho.

Nos últimos anos, as políticas educacionais têm sua centralidade nos padrões estipulados por organismos internacionais, inclusive pelos mecanismos de avaliação externa da educação. Diante disto, a perspectiva politécnica é capturada pelo interesse das estruturas produtivas que demanda uma concepção de educação mercantil, fragmentária e pragmática, em que se prezam as categorias qualidade, competência, empregabilidade e competitividade.

Os estudos apresentados por Harvey (2012); Fagiani e Previtali (2014); Hobsbawm (2015); França e Scocuglia (2011) dentre outros, mostram que no capitalismo há várias formas de resolver a questão da escassez de trabalho. Dentre estas formas destacam-se as tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais e a concorrência entre os próprios trabalhadores, que buscam nova capacitação e qualificação visando manter maior vantagem competitiva. Conforme enfatiza Harvey (2012, p. 56 - 57), todas estas formas preenchem as vagas de emprego de muitos trabalhadores.

As conclusões de Fagiani e Previtali (2014), ao analisarem a nova configuração da classe trabalhadora no século XXI, apontam que há um crescimento da classe trabalhadora neste século. Todavia, em suas considerações os autores trazem que mercado de trabalho gera mais empregos em números. Os autores, inclusive, apontam dados fornecidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que mostram que o número de trabalhadores em escala global aumentou em 70% (FAGIANI; PREVITALI, 2014, p. 62).

Todavia, segundo tais autores, este fenômeno ocorre sob a égide do trabalho multifuncional, com menores salários médios e em um sistema de proteção menor, com menos direitos trabalhistas e um forte discurso em favor da qualificação profissional, em que prevalecem nas relações de trabalho, o emprego flexível.

Portanto, há um movimento histórico e contraditório em que há em alguns momentos avanços no sentido de uma sociedade mais justas e em outros há retrocessos, implicando sempre em mediações, seja por parte do Estado, da escola, dos movimentos sociais ou das reivindicações dos trabalhadores, dentre outras. Em decorrência disto, é importante compreender as transformações no papel do Estado que ocorreram nos últimos anos.

2.1 TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO ESTADO

Na trajetória do processo do capitalismo, quando chega perto dos anos de 1990, percebe-se uma mudança radical, com a reestruturação do modo de produção, via automação dos processos produtivos. Esta transformação impacta significativamente nas relações de trabalho, no perfil do trabalhador e no papel do Estado, nacionalmente e mundialmente. Diversos autores discutem essa temática, dentre eles, Frigotto (2011); Howlett, Ramesh e Perl (2013); Newman e Clarke (2012); Previtali e Fagiani (2017).

Nas considerações destes autores, percebe-se que as inovações tecnológicas e organizacionais demandavam novas formas de gestão e controle do trabalho, bem como

novas formas de atuação do Estado. Logo, a reestruturação impõe consequências para a relação trabalho e educação, uma vez que surgem mudanças nas relações de trabalho, como flexibilização, assim como também, surgem mudanças nos processos de formação profissional.

A partir de 1990, no Brasil, inicia-se um processo de redução estatal de interferência no setor econômico, em especial via privatização de empresas públicas e abertura de mercados. O papel do Estado muda de agente produtor de bens e serviços públicos para agente normalizador e regularizador.

Quanto à relação trabalho e educação, antes dessas transformações, o processo de formação profissional estava direcionado para as exigências de empresas privadas nacionais e também para a formação do trabalhador que atuava em empresas públicas, com relações de trabalho de certa forma estáveis, assim como também as demais relações de trabalho, antes da abertura de mercado, eram menos competitivas.

Com as mudanças em curso, neste período, as políticas e medidas de apoio ao setor produtivo passaram a buscar dar respostas às exigências de empresas privadas que, muitas vezes compunham complexos multinacionais, que atuam com cultura organizacional e padrões de acumulação flexível diferentes das empresas públicas e privadas nacionais até então.

Consequentemente há também uma alteração no discurso das políticas públicas, em especial das políticas de formação e inserção profissional, que passa a pregar cada vez mais a necessidade de mais escolarização, qualificação por parte do trabalhador, transferindo a este toda a responsabilização pelo seu processo de formação. Por causa disto, também é importante compreender o contexto e historicidade das políticas de formação do trabalhador brasileiro.

2.2 CONTEXTO E HISTORICIDADE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Na trajetória do capitalismo, os estudos apresentados por Cury (1984) e Saviani (2005) mostram que as transformações nos processos produtivos passaram a demandar também dispêndios para com a educação do trabalhador, porém esta motivação ocorreu por conta de fatores econômicos e não sociais ou culturais. A educação passou a ser concebida como dotada de valor econômico a luz da “Teoria do Capital Humano”, desenvolvida por Theodore William Schultz, economista estadunidense.

Saviani (2005, p. 23) explica que Schultz verificou que a qualificação influenciava no desempenho da economia. E ainda que o aumento no grau de escolaridade mantém relação direta com o aumento na renda dos indivíduos. Nesse sentido, a educação, no período de 1950 a 1970, seguiu os pressupostos do taylorismo-fordismo, através da “pedagogia tecnicista”.

No Brasil, o surgimento das indústrias, a concentração de habitantes cada vez maior nas cidades e as transformações no mundo do trabalho ocorreram concomitante com graves problemas sociais tais como: desemprego, falta de moradia, de saúde, de educação. Batista (2015), explica que, na primeira metade do século XX, devido ao aumento da população nas cidades, tanto pelo processo de abolição de escravatura e êxodo rural, quanto pelo processo imigratório, levou a burguesia a balancear as possibilidades de investir no trabalhador vindo do meio rural.

Neste sentido, o Estado pressionado pelo setor produtivo viu, como saída para os problemas sociais e econômicos desse período, a possibilidade de atender o interesse do empresariado que carecia de formação da classe operária, conforme os processos industriais da época. Entretanto, estudos histórico-crítico, apresentados por Cury (1984), comprovam que as projeções na trajetória industrial e educacional do Brasil, foram marcadas por disputa ideológica entre católicos e liberais.

Reflexões sobre os estudos apresentados, relacionados às políticas de formação do trabalhador, vigente no Brasil, na primeira metade do século XX, permitem inferir que, dentre os pressupostos da educação brasileira nessa época, estavam em garantir os interesses do poder, do setor produtivo e a permanência da defesa dos interesses dos religiosos.

Tano (2016) apresenta um resgate histórico da formação profissionalizante brasileira desde 1909, discutindo sobre: a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices; Reforma Capanema; sobre as Constituições brasileiras, bem como sobre leis e decretos que tratam sobre a formação dos indivíduos. Percebe-se, na legislação e estudos apresentados pela autora, que a história da educação profissional brasileira é marcada por um processo contraditório, em que a dualidade é uma característica marcante e que O Estado, ora vincula, ora desvincula a educação profissional ao ensino médio.

Saviani (2005) aponta que os impactos dessa nova revolução foram mais abrangentes. Seus estudos mostram que, além das transformações no processo produtivo, alteram-se também as concepções de emprego e de educação. A concepção de emprego que antes era visto como uma solução para a crise, nesse novo processo, converte-se em

um dos elementos do processo de controle da crise, uma vez que a maximização da exploração da força de trabalho, mantém relação direta com a crescente manutenção do controle do desemprego.

Com a segunda revolução industrial, alterou-se o padrão produtivo, conforme já citado anteriormente, mas também provocou mudanças significativas nos processos educacionais. Dentre as consequências dessa revolução destacam-se: o aumento do desemprego; a busca pela flexibilização na relação de trabalho, além da diversificação da organização escolar e do trabalho pedagógico.

Porém, Saviani (2005, p.23) enfatiza que: “em ambos períodos, prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio da racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio”, ou seja, no contexto da reestruturação produtiva a meta primária é o lucro.

Nos estudos apresentados por Saviani (2005), especificamente sobre as transformações que ocorreram no campo da educação, desde a primeira revolução industrial, percebe-se que essas mudanças tiveram como pressupostos a formação dos indivíduos voltados sempre para o mercado de trabalho, além do acolhimento social para as classes menos favorecidas. Desta forma, consideramos ser importante compreender algumas mudanças na educação profissional brasileira e suas perspectivas a partir dos anos 2000.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ANOS 2000

Diversos autores discutem sobre a formação profissional, no início do século XXI, dentre eles destacamos Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) que apresentam um debate sobre a gênese do Decreto nº 5.154/2004 e revogação do Decreto 2.208/1997. Esses autores consideram que seu debate ocorre num contexto controverso da democracia restrita, sinalizando para incongruências de forças sociais e do próprio governo sobre um tema que eles consideram não poder ser negligenciado, pois trata-se de um direito social que precisa ser cumprido.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 3), enquanto a Lei 9.394/96, “sinalizava a formação profissional integrada, a formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos”, o Decreto 2.208/1997 representava um retrocesso, pois veio não apenas “proibir a pretendida formação integrada, mas

regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

As considerações dos autores citados permitem compreender que o Decreto 5.154/2004 altera principalmente questões relacionadas com a organização curricular da educação profissional desenvolvida e articulada com o ensino médio. Porém entendemos que o currículo não é neutro e o discurso do currículo prescrito expressa as relações de poder.

Ao comparar o discurso desses dois documentos, percebe-se que, no Decreto 5.154/2004, há um avanço no sentido de uma perspectiva de educação integrada. Percebe-se também que esse documento não prevê limite para aproveitamento da carga horária do ensino médio para o ensino profissional técnico. Consideramos a proposta de educação integrada para o ensino médio representa um grande avanço na educação Brasileira.

Todavia, ao analisar estes documentos, é fundamental a adoção de uma postura crítica, pois diversos autores ensinam que não é porque o cidadão brasileiro tem um direito garantido pela Legislação que significa dizer que este direito seja efetivado na prática. A realidade de muitas escolas de ensino médio no Brasil ainda é precária, assim como as condições de trabalho dos docentes.

Entretanto, não podemos deixar de observar que se com uma legislação tendente a uma educação integral, numa perspectiva mais emancipadora, ainda existem diversos problemas relacionados com a qualidade da educação. Podemos, então, considerar que em um tendência mais fragmentada será pior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental em fontes primárias e secundárias, de natureza qualitativa, classificada como exploratória e descritiva, seguindo a perspectiva histórico-crítica. A metodologia atende as necessidades apresentadas pela perspectiva adotada, uma vez que, não nos propomos a resolver um problema em si, mas apenas a levantar informações necessárias para compreender o objeto de estudo.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa mostram que na trajetória das políticas educacionais brasileiras, a partir dos anos 2000, a educação começa a passar por outro processo de transformação, temos, então, a inclusão da concepção de educação integrada nos documentos oficiais do Brasil que tratam sobre a educação.

A pesquisa de Tano (2016) mostra avanços sem precedentes na educação brasileira, a partir das políticas implantadas nos anos 2000. Esses avanços vão além do aumento no número de instituições e de matrículas, perpassam pelo aumento do número de acesso ao ensino superior por parte de jovens que não teriam esse acesso com políticas nos moldes dos programas anteriores.

Reflexões sobre os estudos apresentados permitem inferir também que para muitos jovens, a política de expansão da educação profissionalizante e tecnológica, via a interiorização dos Campis e aumento de vagas, bem como a efetivação da integralização do ensino médio ao ensino técnico profissionalizante pela União, significa ou significou uma possibilidade de acesso ao ensino superior para muitos alunos da rede pública de ensino.

Os estudos apresentados também permitem compreender que fenômeno desemprego de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados ocorre não somente devido a crises econômicas, mas ocorre intencionalmente, como estratégia para diminuir custos e aumentar a lucratividade.

E, para isso, o empresariado busca interlocução com o Estado, entrando na disputa pelas políticas públicas, inclusive educacionais e influencia a concepção de educação que irá prevalecer nos documentos que norteiam as políticas educacionais. Este processo não ocorre apenas nacionalmente, sofre influências além de nossas fronteiras.

Esses resultados remetem reflexões acerca da temática em estudo permitindo inferir que o Estado não é neutro, e suas intervenções atendem aos interesses de grupos privados e capitalistas que contrariam o interesse geral da sociedade. Implicando assim no agravamento da pobreza, das desigualdades sociais e do desemprego que são uns dos maiores problemas contemporâneos.

Cabe considerar que o processo de elaboração das políticas educacionais não é isento de contradição. O fato do Estado, sob a presidência de um governo democrático e popular, ter dado preferência a ouvir os empresários no processo de interlocução para discussão das políticas educacionais, em detrimento às ideias dos profissionais da educação, conforme explicado por Saviani (2009) já denota contradição.

Nos estudos apresentados, pode-se compreender que, na perspectiva de educação do empresariado e no o ideário de Estado Mínimo, o trabalhador passa a ser responsável pela sua qualificação e requalificação para conseguir empregabilidade, em um cenário que constantemente exige novo perfil do trabalhador, com novas habilidades e competências, muitas vezes até além das exigidas para o cargo.

Os estudos mostram que Estado protege o sistema do capital, ancoradas em um discurso dos governantes de que suas medidas de apoio ao setor produtivo são necessárias para que o setor produtivo possa gerar mais empregos. E criam assim, um consenso de necessidade social de apoio ao mercado/capital, via concessão por parte do Estado, de um aparato de incentivos às empresas, inclusive por intermédio de aparato educacional, visando fornecer para o setor produtivo força de trabalho, muitas vezes altamente qualificada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho propõe uma reflexão e discussão para fins de melhor compreender as políticas educacionais brasileiras, principalmente as implantadas, a partir dos anos 2000, em prol da empregabilidade. Apesar da contradição presente no discurso das políticas educacionais, que inclusive prega a individualização e responsabilização do trabalhador pela sua formação profissional, considera-se que as políticas educacionais, a partir dos anos 2000, significam avanços sem precedentes no sentido de mudança na concepção de educação ofertada no Brasil até então.

A partir dos anos 2000, foi se implantando no Brasil, uma concepção que tende a uma educação integral, com programas como o da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que se materializa tanto na oferta do ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio regular, quanto no sentido de se buscar ofertar uma educação, seguindo uma concepção de educação integrada, politécnica que visa formar cidadãos críticos e reflexivos, conscientes do mundo em que desejam viver e preparados para o trabalho.

Concluimos que a educação integrada é uma das responsáveis pela mediação do acesso ao ensino superior para muitos jovens brasileiros, além de prepará-los para o mercado de trabalho, representando assim uma conquista no tocante a diminuir a dualidade da educação. Cabe, neste ponto, voltar ao início desse trabalho quando foi levantada a problematização acerca de como ocorre no contexto da reestruturação produtiva o fenômeno desemprego de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados.

Assim, as contribuições de Kuenzer (2001) e Harvey (2012) são pontuais para discutir esta questão. Reflexões sobre as considerações de Kuenzer (2001) permitem compreender o processo de inclusão excludente, em que é possível o acesso ao ensino superior, mas que isso não garante a empregabilidade, devido ao fato de que o determinante da exclusão está na estrutura produtiva.

Harvey (2012) explica que, no capitalismo, há novas formas de resolver as questões da escassez de trabalho dentre elas: as tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais, a concorrência entre o próprio trabalhador, que leva a busca constante por mais qualificação e capacitação visando manter vantagem competitiva. Segundo esse autor, todas essas formas preenchem as vagas de emprego de muitos trabalhadores, conforme já apresentamos anteriormente.

Além disso, a mudança na concepção de emprego que antes era visto como uma solução para a crise e, no contexto da reestruturação produtiva, converte-se em um dos elementos do processo de controle da crise, uma vez que para maximização da exploração da força de trabalho, mantém relação direta com a crescente manutenção do controle do emprego, ou seja, o aumento do desemprego significa também grande oferta de trabalhadores e conseqüentemente mão de obra mais barata, redução de custos de produção, portanto, lucratividade.

Concluimos também que no contexto da reestruturação produtiva, o fenômeno desemprego de trabalhadores muitas vezes altamente qualificados ocorre não somente devido a crises econômicas, mas ocorre intencionalmente, como estratégia para diminuir custos e aumentar a lucratividade. E para isso, o empresariado busca interlocução com o Estado, entrando na disputa pelas políticas públicas, inclusive educacionais e influencia a concepção de educação que irá prevalecer nos documentos que norteiam as políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. 2. ed. Londrina, Praxis, 1999.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2009.

BATISTA, Eraldo L. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

BRASIL. **Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997**, revogado pelo decreto 5.154, de 2004.

BRASIL. **Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CIAVATTA, Maria; REIS, Ronaldo R. **A Pesquisa Histórica em Trabalho e Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc. Campinas, Vol. 24; m. 82. P. 93-130, abril 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo. Cortez Editora. Editora Autores Associados. 1984.

FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. **A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização**. Revista Ciência do Trabalho. Nº 3. Dez. 2014.

FRANÇA, Robson L.; SCOCUGLIA, Afonso C. C. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: SCOCUGLIA, Afonso, C. C. et al. (Org.). **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a educação emancipadora**. Florianópolis: Perspectiva. Jan./jun. 2001, v. 19, nº 1, p. 71-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. In: ANDRADE, Juarez; PAIVA, Lauriana G. (Org.). As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do Decreto N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita**. Revista TrabalhoNecessário. Ano 3, n. 3. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalonecessario/article/download/4578/4214>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e suas Crises**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2. Ed. 53ª reimp. e atual. 2015.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M. PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elieser, 2013.
- KUENZER, Acácia, Z. **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUENZER, Acácia, Z. **Exclusão Incluínte e Inclusão Excludente. A Nova Forma de Dualidade Estrutural que Objetiva as Novas Relações entre Educação e Trabalho**. In.: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. Capitalismo, trabalho e Educação. 3. Ed. Campinas – SP. Autores Associados, 2005.
- LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos, A.; FERRI, Cássia. **História, Trabalho e Educação: formação profissional e empregabilidade em Caçador – SC**. Relatório de Pesquisa. Caçador – SC: Universidade do Contestado, Campus Caçador. Programa de Mestrado em Educação. 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/relatorio/rel_cacador.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.
- LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Volume 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- MEC. Ministério da Educação. **Documento Base – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NEWMAN, Janet; CLARKE, John. **Gerencialismo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, V. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em 21 de março de 2018.
- PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. **Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman**. Cadernos EBBAPE.BR, v. 12, nº 4. Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014.
- PREVITALI, F. S; FAGIANI, C.C. **Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: Aproximações Globais**. In: LUCENA, Carlos, Previtali, Fabiane. S. Lucena, Lurdes. A Crise da democracia brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Demerval. **O choque teórico da politecnia**. Trabalho, Educação e Saúde. 1(1) 131-152, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 11 de setembro de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação**. In: LUCENA, Carlos, Previtali, Fabiane. S. Lucena, Lurdes. A Crise da democracia brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise Crítica da Política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, ed. 10, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação**. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

TANO, Cleide F. S. **Trabalho na Agroindústria Rural e Política de Expansão do Ensino Profissionalizante e Tecnológico: a empregabilidade na microrregião de Ituiutaba de 2008 a 2015**. Dissertação. Uberlândia. UFU, 2016.